GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA

Colégio M0001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Novembro/2026

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – SEFAZ/SC
Concurso Público para o Provimento de Vagas Para o Cargo de Auditor Estadual de Finanças Públicas
Ciências Contábeis

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'C03', Tipo 003

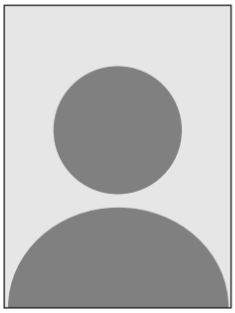
Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO-003

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 1: PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Gerais



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Pitágoras, matemático e filósofo, associou a ordem do universo aos números e à harmonia.

- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o início do conto “A senhora do Galvão”, de Machado de Assis, para responder às questões de números 1 a 18.

Começaram a rosnar dos amores deste advogado com a viúva do brigadeiro, quando eles não tinham ainda passado dos primeiros obséquios. Assim vai o mundo. Assim se fazem algumas reputações más, e, o que parece absurdo, algumas boas. Com efeito, há vidas que só têm prólogo; mas toda a gente fala do grande livro que se lhe segue, e o autor morre com as folhas em branco. No presente caso, as folhas escreveram-se, formando todas um grosso volume de trezentas páginas compactas, sem contar as notas. Estas foram postas no fim, não para esclarecer, mas para recordar os capítulos passados; tal é o método nesses livros de colaboração. Mas a verdade é que eles apenas combinavam no plano, quando a mulher do advogado recebeu este bilhete anônimo:

“Não é possível que a senhora se deixe embair mais tempo, tão escandalosamente, por uma de suas amigas, que se consola da viuvez, seduzindo os maridos alheios, quando bastava conservar os cachos...”

Que cachos? Maria Olímpia não perguntou que cachos eram; eram da viúva do brigadeiro, que os trazia por gosto, e não por moda. Creio que isto se passou em 1853. Maria Olímpia leu e releu o bilhete; examinou a letra, que lhe pareceu de mulher e disfarçada, e percorreu mentalmente a primeira linha das suas amigas, a ver se descobria a autora. Não descobriu nada, dobrou o papel e fitou o tapete do chão, caindo-lhe os olhos justamente no ponto do desenho em que dois pombinhos ensinavam um ao outro a maneira de fazer de dois bicos um bico. Há dessas ironias do acaso, que dão vontade de destruir o universo. Afinal meteu o bilhete no vestido, e encarou a mucama, que esperava por ela, e que lhe perguntou:

– Nhanhã não quer mais ver o xale?

Maria Olímpia pegou no xale que a mucama lhe dava e foi pô-lo aos ombros, defronte do espelho. Achou que lhe ficava bem, muito melhor que à viúva. Cotejou as suas graças com as da outra. Nem os olhos nem a boca eram comparáveis; a viúva tinha os ombros estreitinhos, a cabeça grande, e o andar feio. Era alta; mas que tinha ser alta? E os trinta e cinco anos de idade, mais nove que ela? Enquanto fazia essas reflexões, ia compondo, pregando e despregando o xale.

– Este parece melhor que o outro – aventurou a mucama.

– Não sei... disse a senhora, chegando-se mais para a janela, com os dois nas mãos.

– Bota o outro, nhanhã.

A nhanhã obedeceu. Experimentou cinco xales dos dez que ali estavam, em caixas, vindos de uma loja da rua da Ajuda.

(Adaptado de: Machado de Assis. **Todos os contos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019)

1. No contexto em que se insere, a pergunta *Que cachos?*, que consta do início do 3º parágrafo, foi formulada
   (A) pela viúva do brigadeiro.
   (B) pela mulher do advogado.
   (C) pelo advogado.
   (D) pelo narrador.
   (E) pela autora do bilhete anônimo.

2. No trecho, a reação da personagem Maria Olímpia à possível infidelidade do marido revela
   (A) uma desconfiança da denúncia, que a leva a minimizar a possibilidade de envolvimento entre o marido e a viúva.
   (B) uma insegurança diante da superioridade física da viúva, cuja beleza ela própria acaba por reconhecer.
   (C) uma preocupação com o descrédito público que o acontecimento poderia causar à sua família.
   (D) um esforço obsessivo de identificar a autora do bilhete, ignorando por completo a suposta amante.
   (E) um sentimento de rivalidade com a suposta amante, caracterizado pela valorização da própria beleza.

3. Ao afirmar que uma das amigas de Maria Olímpia “se consola da viuvez, seduzindo os maridos alheios” (2º parágrafo), o bilhete anônimo
   (A) insinua que os comentários sobre a viúva já haviam comprometido a reputação da esposa do advogado.
   (B) procura atenuar a gravidade do envolvimento da viúva com o advogado, atribuindo-o à perda do marido.
   (C) atribui à solidão da viúva a responsabilidade pelos rumores levantados contra ela.
   (D) sugere que o advogado teria ocultado da viúva sua condição de homem casado.
   (E) censura a conduta atribuída à viúva por buscar consolo na conquista de homens casados.

4. O narrador manifesta incerteza quanto a uma informação relativa aos acontecimentos narrados no seguinte trecho:
   (A) *– Este parece melhor que o outro – aventurou a mucama.* (6º parágrafo)
   (B) *Creio que isto se passou em 1853.* (3º parágrafo)
   (C) *Cotejou as suas graças com as da outra.* (5º parágrafo)
   (D) *Maria Olímpia pegou no xale que a mucama lhe dava* (5º parágrafo)
   (E) *Enquanto fazia essas reflexões, ia compondo, pregando e despregando o xale.* (5º parágrafo)

5. Verifica-se o emprego de vírgula para isolar um vocativo no seguinte trecho:

(A) – *Não sei... disse a senhora, chegando-se mais para a janela, com os dois nas mãos.*

(B) *Há dessas ironias do acaso, que dão vontade de destruir o universo.*

(C) – *Bota o outro, nhanhã.*

(D) *Achou que lhe ficava bem, muito melhor que à viúva.*

(E) *E os trinta e cinco anos de idade, mais nove que ela?*

6. Verifica-se o emprego da figura de linguagem denominada hipérbole no seguinte trecho:

(A) *Há dessas ironias do acaso, que dão vontade de destruir o universo.*

(B) *Maria Olímpia leu e releu o bilhete; examinou a letra, que lhe pareceu de mulher e disfarçada.*

(C) *No presente caso, as folhas escreveram-se, formando todas um grosso volume.*

(D) *Assim se fazem algumas reputações más, e, o que parece absurdo, algumas boas.*

(E) *Achou que lhe ficava bem, muito melhor que à viúva.*

7. A voz de um personagem mescla-se à voz do narrador, configurando o chamado discurso indireto livre, em:

(A) – *Não sei... disse a senhora, chegando-se mais para a janela, com os dois nas mãos.* (7º parágrafo)

(B) *Assim vai o mundo. Assim se fazem algumas reputações más, e, o que parece absurdo, algumas boas.* (1º parágrafo)

(C) *Era alta; mas que tinha ser alta? E os trinta e cinco anos de idade, mais nove que ela?* (5º parágrafo)

(D) *Afinal meteu o bilhete no vestido, e encarou a mucama, que esperava por ela, e que lhe perguntou: – Nhanhã não quer mais ver o xale?* (3º e 4º parágrafos)

(E) – *Este parece melhor que o outro – aventurou a mucama.* (6º parágrafo)

8. *Assim se fazem algumas reputações más, e, o que parece absurdo, algumas boas.* ***Com efeito****, há vidas que só têm prólogo; mas toda a gente fala do grande livro que se lhe segue, e o autor morre com as folhas em branco.* (1º parágrafo)

A expressão destacada acima pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

(A) Não obstante

(B) Mesmo assim

(C) Por conseguinte

(D) No entanto

(E) De fato

9. Está empregado em sentido conotativo o verbo destacado no seguinte trecho:

(A) ***Cotejou*** *as suas graças com as da outra.*

(B) *Começaram a* ***rosnar*** *dos amores deste advogado com a viúva do brigadeiro.*

(C) *Estas foram postas no fim, não para* ***esclarecer****, mas para recordar os capítulos passados.*

(D) *Maria Olímpia leu e releu o bilhete;* ***examinou*** *a letra, que lhe pareceu de mulher e disfarçada.*

(E) *Não descobriu nada, dobrou o papel e* ***fitou*** *o tapete do chão.*

10. – *Não sei... disse a senhora, chegando-se mais para a janela, com os dois nas mãos.* (7º parágrafo)

Nesse trecho, o narrador omite, por razões de coesão textual, um substantivo que pode ser recuperado pelo contexto. Trata-se do seguinte substantivo:

(A) mãos.

(B) senhora.

(C) mucama.

(D) xales.

(E) nhanhã.

11. As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A esse processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de **conversão**. Por esse processo se explica, por exemplo, a passagem de verbos a substantivos.

Verifica-se uma palavra formada por **conversão** no seguinte trecho:

(A) *a viúva tinha os ombros estreitinhos, a cabeça grande, e o andar feio.*

(B) *quando a mulher do advogado recebeu este bilhete anônimo.*

(C) *eram da viúva do brigadeiro, que os trazia por gosto, e não por moda.*

(D) *Não descobriu nada, dobrou o papel e fitou o tapete do chão.*

(E) *Enquanto fazia essas reflexões, ia compondo, pregando e despregando o xale.*

12. É invariável quanto a gênero e a número a palavra destacada no seguinte trecho:

(A) *percorreu mentalmente a **primeira** linha das suas amigas.*
(B) *formando todas um **grosso** volume de trezentas páginas compactas.*
(C) *Não descobriu nada, dobrou o **papel** e fitou o tapete do chão.*
(D) *quando eles não tinham **ainda** passado dos primeiros obséquios.*
(E) *quando a mulher do advogado recebeu **este** bilhete anônimo.*

13. ***Enquanto fazia essas reflexões**, ia compondo, pregando e despregando o xale.* (5º parágrafo)

No contexto em que se insere, a oração destacada expressa ideia de

(A) tempo.
(B) finalidade.
(C) causa.
(D) consequência.
(E) condição.

14. Possui valor possessivo o pronome destacado no seguinte trecho:

(A) *pegou no xale que a mucama **lhe** dava*
(B) *toda a gente fala do grande livro que se **lhe** segue*
(C) *caindo-**lhe** os olhos justamente no ponto do desenho*
(D) *examinou a letra, que **lhe** pareceu de mulher e disfarçada*
(E) *Achou que **lhe** ficava bem, muito melhor que à viúva*

15. ***Estas foram postas no fim**, não para esclarecer, mas para recordar os capítulos passados; tal é o método nesses livros de colaboração.* (1º parágrafo)

Transposta para a voz ativa, a oração destacada assume a seguinte redação:

(A) Puseram-se estas no fim.
(B) Poriam estas no fim.
(C) Punham estas no fim.
(D) Tinham posto estas no fim.
(E) Puseram estas no fim.

16. *Com efeito, há vidas que só têm prólogo; mas toda a gente fala do grande livro que se lhe segue, e o autor morre com as folhas em branco. No presente caso, as folhas escreveram-se, formando todas um grosso volume de trezentas páginas compactas, sem contar as notas. Estas foram postas no fim, não para esclarecer, mas para recordar os capítulos passados; **tal** é o método nesses livros de colaboração.* (1º parágrafo)

No contexto em que se insere, o termo destacado retoma o procedimento de

(A) comentar capítulos de um livro que permaneceu inacabado.
(B) acrescentar notas finais para recordar capítulos anteriores.
(C) acrescentar notas finais para esclarecer capítulos obscuros.
(D) redigir um prólogo para anunciar capítulos ainda inexistentes.
(E) organizar livros em colaboração sem recorrer a anotações.

17. *Maria Olímpia leu e releu o bilhete; examinou a letra, que lhe pareceu de mulher e disfarçada, e percorreu mentalmente a primeira linha das suas amigas, **a ver se descobria a autora**.* (3º parágrafo)

O segmento destacado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

(A) depois de identificar quem escrevera o bilhete.
(B) porque identificara quem escrevera o bilhete.
(C) caso identificasse quem escrevera o bilhete.
(D) para tentar identificar quem escrevera o bilhete.
(E) embora identificasse quem escrevera o bilhete.

18. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo destacado em:

(A) *Há dessas ironias do acaso, **que** dão vontade de destruir o universo.*
(B) *– Este parece melhor **que** o outro – aventurou a mucama.*
(C) *Mas a verdade é **que** eles apenas combinavam no plano.*
(D) *Achou **que** lhe ficava bem, muito melhor que à viúva.*
(E) *Era alta; mas **que** tinha ser alta?*

Atenção: Para responder às questões de números 19 a 25, considere o texto “Minha vida de Agripino”, do escritor José Castello.

Espero um Uber na calçada da José Loureiro, no centro velho de Curitiba. Não tenho pressa. Basta pensar que não tenho pressa e um senhor baixinho se aproxima. “Agripino às suas ordens”, ele me diz – como se estivéssemos em uma churrascaria, onde ele servisse de maitre.

Conversar com estranhos é um hábito meu – talvez um vício. “Não fale com estranhos”, meu pai dizia, no entanto sempre fiz ao contrário. Suas aparências nebulosas e discrepantes, como podem imaginar, me atraem. Carregam segredos e ninharias que me atiçam. Lanço-me em seu mundo, como se penetrasse a órbita de Plutão.

Agora que o analiso melhor com meu olhar freudiano de pastelaria, vejo que, no fundo de suas feições de labrador, ele carrega alguma coisa que mais ninguém tem. Algo que só ele, o senhor Agripino, tem, e esse algo faz dele o homem que ele é. O inconfundível Agripino. Mas afinal quem ele é?

“O que o senhor deseja?” – pergunto, tomando, eu agora, a posição de mordomo. Como os psicanalistas, ele me responde com outra pergunta: “O que o senhor faz na rua a essa hora?” É início da tarde, o centro da cidade está cheio, não passo, eu também, de mais um. “Espero um Uber”, respondo, e logo depois trato de cancelar o pedido. Algo me diz que devo escutar o senhor Agripino. No fundo de sua lentidão e de sua sonolência, lá bem no fundo de suas olheiras, existe alguma coisa que ele precisa me dizer. E que eu preciso ouvir.

“O senhor não me disse o que faz na rua a essa hora”, ele insiste. Disse sim, que esperava um Uber – que não espero mais –, mas não é disso que se trata, só agora entendo. Parece que ele fala mais de minha imprudência, até porque sou quase tão velho quanto ele. Dois velhos que se expõem à crueldade de uma cidade gelada. “Bem, vou andando”, digo. Mas eu sei: já não posso mais escapar. “Se me permite, caminharei algumas quadras a seu lado.”

Resolvo ser direto: “O senhor deseja me dizer alguma coisa?”. Espanta-se. Chega a vacilar sobre as pernas fracas, empurradas pelo vento. Espirra. Enfim diz: “Não quero lhe dizer nada”. Só quer minha companhia. Tudo o que deseja é ter a impressão de que alguém caminha a seu lado. E esse alguém sou eu. Isso bastará para que se sinta vivo. Olho em volta e entendo que as ruas estão cheias de Agripinos. O mais grave: eu mesmo não passo de um Agripino que se finge de exceção.

(José Castello. “Minha vida de Agripino”. Disponível em: **https://rascunho.com.br**. Adaptado)

19. *“O senhor não me disse o que faz na rua a essa hora”, ele insiste.* (5º parágrafo)

Adaptado para o discurso indireto, com o verbo de elocução no pretérito perfeito do indicativo, o trecho acima assume a seguinte redação:

(A) Agripino insistiu que não dissera ao cronista o que fizera na rua àquela hora.
(B) Agripino insistiu que o cronista não lhe dissera o que fazia na rua àquela hora.
(C) Agripino insistia que o cronista não lhe dizia o que fazia na rua àquela hora.
(D) Agripino insistira que o cronista não lhe dissera o que faria na rua àquela hora.
(E) Agripino insistia que não dissera ao cronista o que fazia na rua àquela hora.

20. Considerando o desenvolvimento da crônica, o encontro com Agripino leva o narrador a

(A) concluir que a velhice torna inevitável o isolamento, independentemente das tentativas de aproximação entre as pessoas.
(B) reconhecer no desconhecido uma condição de solidão que também diz respeito a si próprio.
(C) perceber que, apesar de terem quase a mesma idade, suas experiências permanecem incomparáveis.
(D) descobrir que a insistência do desconhecido resulta da necessidade de revelar angústias pessoais.
(E) admitir que sua curiosidade pelas histórias alheias o impede de compreender a própria história.

21. Ao qualificar seu olhar sobre Agripino como *“freudiano de pastelaria”* (3º parágrafo), o cronista

(A) satiriza a crença de que um indivíduo pode ser conhecido por meio de seus atributos físicos.
(B) atribui às próprias observações o rigor de uma análise realizada por especialistas.
(C) ironiza sua própria pretensão de compreender psicologicamente o desconhecido.
(D) insinua que a aparência do desconhecido dissimula um comportamento enganador.
(E) manifesta descrença na capacidade da psicanálise de explicar o comportamento humano.

22. Em seu texto, José Castello estabelece uma interlocução explícita com seus leitores no seguinte trecho:

(A) *“O que o senhor deseja?” – pergunto, tomando, eu agora, a posição de mordomo.*
(B) *Suas aparências nebulosas e discrepantes, como podem imaginar, me atraem.*
(C) *Basta pensar que não tenho pressa e um senhor baixinho se aproxima.*
(D) *“Não fale com estranhos”, meu pai dizia, no entanto sempre fiz ao contrário.*
(E) *Algo que só ele, o senhor Agripino, tem, e esse algo faz dele o homem que ele é.*

23. *Lanço-me em seu mundo, como se penetrasse a órbita de Plutão.* (2º parágrafo)

Nesse trecho, o cronista emprega a figura de linguagem denominada

(A) antítese.
(B) pleonasmo.
(C) personificação.
(D) comparação.
(E) eufemismo.

24. *No fundo de sua lentidão e de sua sonolência, lá bem no fundo de suas olheiras, existe alguma coisa que ele precisa me dizer.* (4º parágrafo)

Nesse trecho, a repetição da expressão “no fundo” contribui para

(A) acentuar a impressão de que há algo ainda não revelado por trás da aparência de Agripino.
(B) indicar que o cronista considera a aparência suficiente para compreender o desconhecido.
(C) sugerir que o cronista já conhece a informação que Agripino deseja transmitir.
(D) atribuir à sonolência a dificuldade de Agripino em se fazer compreender.
(E) insinuar que Agripino procura ocultar deliberadamente o que tem a dizer ao cronista.

25. *Conversar com estranhos é um hábito meu – talvez um vício. “Não fale com estranhos”, meu pai dizia,* ***no entanto*** *sempre fiz ao contrário.* (2º parágrafo)

A expressão destacada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

(A) ademais.
(B) porquanto.
(C) portanto.
(D) afinal.
(E) contudo.

Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

26. Em uma pasta de auditoria, há 12 contratos, dentre os quais cinco já expiraram e não têm mais validade jurídica. Ao se retirarem da pasta, ao acaso e sem reposição, três desses contratos para serem analisados, a probabilidade de pelo menos um deles ainda estar ativo é

(A) $\frac{13}{22}$
(B) $\frac{17}{22}$
(C) $\frac{19}{22}$
(D) $\frac{21}{22}$
(E) $\frac{15}{22}$

27. Antonio quer comprar uma bicicleta elétrica que está sendo vendida em três parcelas mensais iguais a R$ 3.000,00. A primeira parcela vence um mês depois da compra e a taxa de juros simples aplicada é de 2% ao mês. Se Antonio comprar a bicicleta à vista, o valor a ser pago, descontando os juros, é

(A) R$ 8.650,00
(B) R$ 8.250,00
(C) R$ 7.850,00
(D) R$ 7.600,00
(E) R$ 8.400,00

28. Um Auditor-Fiscal deve planejar uma operação de fiscalização em um conglomerado. O conglomerado é composto por 3 empresas de logística, 4 empresas de importação e 5 empresas *holdings*. O auditor deve selecionar para fiscalização um grupo composto por exatamente 2 empresas de logística, 2 empresas de importação e 2 *holdings*. A equipe de fiscalização será chefiada por um Coordenador e um Subcoordenador que devem ser escolhidos dentre os 8 Auditores-Fiscais disponíveis. Considerando que as escolhas das empresas e da equipe técnica são independentes, o número total de maneiras diferentes que o Auditor-Fiscal tem para organizar essa operação (seleção das empresas mais formação da liderança da equipe) é

(A) 10 080
(B) 5 600
(C) 1 800
(D) 3 120
(E) 1 064

29. Cinco relatórios `I`, `II`, `III`, `IV` e `V` serão analisados pelos auditores A, B, C, D e E. Se os relatórios serão distribuídos ao acaso, a probabilidade de o relatório `III` ser analisado pelo auditor C é

(A) $\frac{2}{5}$
(B) 1
(C) $\frac{4}{5}$
(D) $\frac{1}{5}$
(E) $\frac{3}{5}$

30. Uma empresa fez um levantamento de preços para compra de móveis e os seis valores propostos, em reais, foram

72.000,00; 85.000,00; 68.000,00; 90.000,00; 75.000,00 e 81.000,00

O financeiro dessa empresa determinou que o maior e o menor valor fossem descartados para o cálculo do preço médio ajustado. Em seguida, avaliou o efeito produzido na média original pela exclusão dos dois valores.

É correto afirmar que a

(A) média ajustada é 10% maior do que a média original.

(B) média original é menor do que a média ajustada.

(C) amplitude após a exclusão diminuiu em mais de 40%.

(D) diferença entre as duas médias é maior do que 10% da média original.

(E) amplitude, após a exclusão dos valores, diminuiu menos de 20%.

31. Realizou-se um levantamento sobre a participação sindical dos auditores em duas repartições, A e B. Na repartição A, 40% dos auditores contribuem com o sindicato, enquanto, na repartição B, esse percentual foi de 60%. O responsável pelo levantamento afirmou que, juntando as duas repartições, exatamente 50% do total de auditores contribuem com o sindicato. Para que a afirmação do responsável esteja matematicamente correta, é condição necessária e suficiente que

(A) o número de auditores da repartição B seja exatamente 20% maior do que o número de auditores da repartição A.

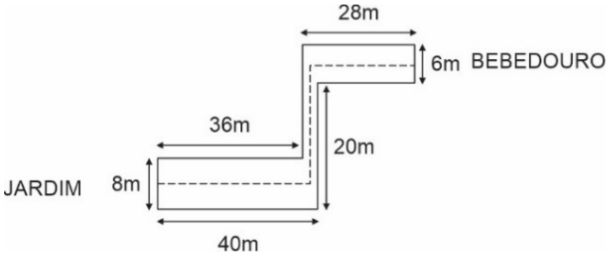
(B) as duas repartições tenham exatamente o mesmo número total de auditores.

(C) o número de auditores da repartição B seja 60% maior do que o número de auditores da repartição A.

(D) o número de auditores da repartição A seja 60% maior do que o número de auditores da repartição B.

(E) o número de auditores da repartição A seja exatamente 20% maior do que o número de auditores da repartição B.

32. O caminho pavimentado de uma praça pública possui o formato e as dimensões mostradas na imagem. Uma pessoa caminha em linha reta seguindo a linha pontilhada, que passa exatamente pelo meio do caminho, partindo de um jardim localizado na extremidade esquerda até chegar a um bebedouro na extremidade direita.



A distância percorrida por essa pessoa é

(A) 84 m

(B) 88 m

(C) 83 m

(D) 89 m

(E) 94 m

33. Dois auditores, A e B, devem avaliar, ao todo, 64 contratos. Após avaliarem 8 contratos cada um, verificaram que um deles ainda tinha que avaliar o triplo de contratos do que o outro. Inicialmente, a diferença entre o número de contratos que cada um tinha que avaliar é

(A) 28

(B) 20

(C) 22

(D) 26

(E) 24

34. Foram anotados, por 10 dias, o número de atendimentos em uma repartição pública. Os valores já foram organizados em ordem crescente:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 20, 22, 25, 28

Em relação às medidas de tendência central e de dispersão, é correto afirmar:

(A) a moda e mediana são iguais e menores do que a média.

(B) o intervalo dado pela média mais ou menos a metade da amplitude contém 90% dos valores observados.

(C) o desvio médio é maior do que a amplitude.

(D) todos os valores encontram-se no intervalo dado pela mediana mais ou menos metade da amplitude.

(E) as três medidas, moda, média e mediana, são iguais.

35. O comprimento ou margem de erro de um intervalo de confiança para a média ou para a proporção depende do nível de confiança, da variância (conhecida ou amostral) e do tamanho da amostra. Na estimação

(A) da média, a amplitude do intervalo de confiança é numericamente igual à amplitude da amostra.

(B) da proporção, aumentar o nível de confiança, mantido o tamanho da amostra, reduz a margem de erro.

(C) da média, a margem de erro independe do desvio-padrão da população.

(D) da média, mantidos o nível de confiança e o desvio-padrão, quadruplicar o tamanho da amostra reduz a margem de erro à metade.

(E) de uma proporção, a margem de erro é máxima quando a proporção verdadeira se aproxima de 0 ou de 1.

36. Um auditor verificou que aproximadamente 20% dos contratos analisados apresentam algum problema fiscal. Para uma inspeção, foram selecionados aleatoriamente 12 contratos. Assuma que cada contrato pode ou não apresentar um problema fiscal, e que os contratos são elaborados de maneira independente. Em relação ao número de contratos com problemas fiscais observados nesses 12 contratos escolhidos, é correto afirmar que é uma

(A) variável aleatória Geométrica de parâmetro 0,20.

(B) variável aleatória com distribuição de Poisson de parâmetro 2,40.

(C) variável aleatória com distribuição Normal de média 2,40 e variância 1,92.

(D) variável aleatória uniforme discreta entre 0 e 12.

(E) aleatória com distribuição Binomial com parâmetros $n = 12$ e $p = 0{,}20$.

37. Uma empresa fabrica um dispositivo eletrônico para ser utilizado em uma faixa de temperatura muito ampla. A empresa sabe que o aumento da temperatura encurta o tempo de vida útil do dispositivo.

Após observar o tempo de vida do dispositivo para doze temperaturas distintas, foi ajustada a seguinte reta de regressão:

$$\text{Tempo de Vida} = -5{,}3133 \times \text{Temperatura} + 453{,}56, \quad R^2 = 0{,}984$$

Em relação à reta de regressão, é correto afirmar:

(A) Como o valor de R^2 é inferior a 1,0, conclui-se que o modelo linear ajustado é completamente inválido para realizar qualquer tipo de previsão.

(B) A reta de regressão indica que, para cada aumento de 1 °C na temperatura, o tempo de vida útil estimado do dispositivo aumenta em aproximadamente 5,31 unidades de tempo.

(C) O coeficiente de determinação indica que cerca de 98,4% da variabilidade no tempo de vida útil do dispositivo é explicada pela variação da temperatura através do modelo linear.

(D) Se a temperatura de operação for igual a 0 °C, o modelo prevê que o dispositivo terá um tempo de vida útil negativo de -5,3133 unidades.

(E) O sinal negativo do coeficiente angular indica uma correlação fraca e sem relevância estatística entre as duas variáveis analisadas.

38. Lúcia tem 16 contratos do Tipo A para auditar. Ela pode trocar seus contratos com outros colegas da seguinte forma: 3 contratos do Tipo A por 1 contrato do tipo V e 2 contratos do tipo V por 5 contratos do tipo D. O número de contratos do tipo D que ela pode conseguir é

(A) 8

(B) 5

(C) 11

(D) 13

(E) 10

39. Entre vários grupos étnicos, sabe-se que o desvio-padrão das alturas é de aproximadamente 7,62 cm. Desejamos construir um intervalo de confiança de 95% para a altura média dos homens suecos. Para isso, quarenta e oito homens suecos foram pesquisados, apresentando uma média amostral de 180,34 cm.

Considerando que o desvio-padrão populacional é conhecido e utilizando o valor crítico $Z_{0,025} = 1{,}96$, o intervalo de confiança de 95% para a verdadeira altura média dos homens suecos é:

(A) [171,15 cm; 189,53 cm]

(B) [178,18 cm; 182,50 cm]

(C) [178,28 cm; 183,40 cm]

(D) [173,22 cm; 187,46 cm]

(E) [179,49 cm; 181,19 cm]

Utilize:
$\sqrt{48} \cong 6{,}93$

40. Um *script* automatizado de auditoria pode processar 10 arquivos de texto simples ou 6 relatórios complexos em uma única execução. Na quarta-feira, o sistema foi executado 5 vezes, operando sempre em sua capacidade máxima, e processou um total de 42 documentos no dia. O número total de arquivos de texto que foram processados é

(A) 30

(B) 12

(C) 10

(D) 22

(E) 25

Noções de Direito Constitucional

41. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Presidente da República, dentre outras atribuições,

(A) decretar e executar a intervenção federal, competência essa que não poderá ser delegada.

(B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, competência essa que não poderá ser delegada.

(C) prover os cargos públicos federais, na forma da lei, competência essa que não poderá ser delegada.

(D) conferir condecorações e distinções honoríficas, competência essa que poderá ser delegada aos Ministros de Estado.

(E) extinguir cargos públicos federais, na forma da lei, competência essa que poderá ser delegada exclusivamente ao Procurador-Geral da República.

42. Mike, após naturalizar-se brasileiro, conheceu Magnólia, brasileira nata e, com ela, no exterior, praticou determinado crime comum (furto), tendo, ambos, retornado ao Brasil, após terem sido condenados definitivamente no país onde praticaram referido crime.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, Mike

(A) não poderá ser extraditado, pois o brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e Magnólia não poderá ser extraditada por ser brasileira nata.

(B) e Magnólia não poderão ser extraditados, pois é vedada, em qualquer hipótese, a extradição de brasileiros, sejam eles natos ou naturalizados.

(C) poderá ser extraditado, nesse caso, independentemente de ter praticado o crime antes ou depois da naturalização, e Magnólia não poderá ser extraditada, por ser brasileira nata.

(D) não poderá ser extraditado, pois praticou o crime após sua naturalização e Magnólia não poderá ser extraditada, pois é brasileira nata.

(E) e Magnólia poderão ser extraditados, pois a proibição de extradição somente é possível nos casos de crime político ou de opinião.

43. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é livre a associação profissional ou sindical, sendo que

(A) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(B) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, cabendo, ao sindicato, a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

(C) nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

(D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da sua eleição para cargo de direção ou representação sindical e, ainda que eleito suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

(E) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, podendo ser inferior à área de um Município.

44. Apolo nasceu no Brasil enquanto seus pais, estrangeiros, vendedores, aqui passavam férias. Como ele já tem a nacionalidade do país de origem de seus pais, não quer ter nenhum vínculo com o Brasil. Já sua irmã bilateral, Afrodite, nasceu no exterior e, por adorar o Brasil, deseja aqui estudar e se tornar, um dia, Ministra do Supremo Tribunal Federal. Nessas situações, considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Apolo

(A) é brasileiro nato, podendo requerer expressamente a perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, sendo que essa renúncia o impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei. Afrodite não poderá exercer o cargo desejado, ainda que se naturalize brasileira.

(B) não é brasileiro nato, pois nasceu no Brasil quando seus pais estavam apenas de passagem pelo país. Afrodite não poderá exercer o cargo desejado, ainda que se naturalize brasileira.

(C) é brasileiro nato e, por essa razão, não poderá ter declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, não podendo, portanto, a ela renunciar. Afrodite poderá exercer o cargo desejado, desde que se naturalize brasileira.

(D) não é brasileiro nato, pois nasceu no Brasil quando seus pais estavam apenas de passagem pelo país. Afrodite poderá exercer o cargo desejado se se naturalizar brasileira.

(E) é brasileiro nato, podendo requerer expressamente a perda da sua nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, sendo que essa renúncia não o impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei. Afrodite não poderá exercer o cargo desejado, ainda que se naturalize brasileira.

45. Considere a seguinte situação hipotética: Hércules era Presidente da República e, com o seu falecimento durante o exercício do mandato, foi sucedido pelo Vice-Presidente à época, Sócrates, que ficou até o final do mandato e, depois, foi eleito Presidente da República na eleição imediatamente seguinte. Sócrates deseja se candidatar novamente à Presidência da República na eleição subsequente. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Sócrates

(A) poderá ser reeleito, devendo, entretanto, renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

(B) poderá ser reeleito, tendo em vista que o exercício de seu primeiro mandato se deu como sucessor do Presidente e não como Presidente eleito, não devendo ser contado para fins de reeleição.

(C) não poderá ser reeleito, pois aqueles que sucederam o Presidente da República no curso do mandato poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

(D) poderá ser reeleito, devendo, entretanto, renunciar ao seu respectivo mandato até quatro meses antes do pleito.

(E) não poderá ser reeleito, pois somente se ele tivesse substituído o Presidente da República é que seria possível a reeleição, sendo necessário, para a reeleição, o afastamento do cargo até três meses antes do pleito.

46. De acordo com a Constituição Federal de 1988, considere:

I. Lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, excluída a das autarquias e fundações.

II. Lei ordinária disporá sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.

III. Lei complementar disporá sobre fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.

Está correto o que se afirma em:

(A) II e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I, II e III.

(E) I, apenas.

47. Rogério é brasileiro e tem 65 anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada, além de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros e, há mais de dez anos, exerce função que exige esses conhecimentos mencionados. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Rogério

(A) não preenche os requisitos para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, sendo que a esse Tribunal compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

(B) preenche os requisitos para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, sendo que os Ministros desse Tribunal terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal de Federal.

(C) não preenche os requisitos para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, sendo que um terço dos Ministros desse Tribunal serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.

(D) preenche os requisitos para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, sendo que esse Tribunal é integrado por nove Ministros, possuindo jurisdição em todo o território nacional.

(E) não preenche os requisitos para ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, sendo que dois terços dos Ministros desse Tribunal serão escolhidos pelo Congresso Nacional.

48. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social

(A) é financiada por toda sociedade e também por contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, incidindo contribuição sobre aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.

(B) é organizada com base no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação apenas dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados.

(C) será financiada por toda a sociedade, exclusivamente de forma direta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde e à previdência, excluídos os relativos à assistência social.

(E) é organizada pelo Poder Público, nos termos da lei, com base nos objetivos previstos na Constituição Federal, como a universalidade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

49. Por haver compatibilidade de horários, Joelson, que já exerce um cargo público remunerado de professor, deseja acumulá-lo com outro cargo público remunerado de professor. Sua esposa Marilda, profissional de saúde, deseja exercer três cargos públicos remunerados privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas. Nessas situações, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988,

(A) Joelson e Marilda podem acumular os cargos que desejam, sendo que, no caso de Marilda, a acumulação será proibida se se tratar de dois cargos de médico.

(B) apenas Joelson pode acumular o cargo desejado com o que já exerce.

(C) Joelson e Marilda podem acumular os cargos que desejam, desde que, no caso de Marilda, haja compatibilidade de horários.

(D) apenas Marilda pode acumular os cargos desejados.

(E) nem Joelson nem Marilda podem acumular os cargos desejados com os que já exercem.

50. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com relação à competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal,

(A) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

(B) compete, a esses entes, legislar concorrentemente sobre direito tributário, penal e financeiro.

(C) a competência da União não se limitará a estabelecer normas gerais.

(D) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

(E) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, inclusive no que lhe for contrário.

Noções de Direito Administrativo

51. Nos termos da Lei Complementar nº 741/2019, do Estado de Santa Catarina, o Grupo Gestor de Governo (GGG) é integrado, entre outros, pelos Secretários de Estado da Fazenda, da Casa Civil, da Administração, de Governo e da Infraestrutura e Mobilidade. A respeito das atribuições legais dessas Secretarias, é correto afirmar que compete à Secretaria

(A) de Governo elaborar decretos, projetos de lei, medidas provisórias e demais atos do processo legislativo, bem como acompanhar a tramitação de proposições na Assembleia Legislativa.

(B) da Fazenda normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de licitações e contratos, o que abrange o planejamento de compras públicas e a gestão e fiscalização de contratos.

(C) da Administração normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, envolvendo bens adjudicados, bens móveis, imóveis e intangíveis e transportes oficiais.

(D) da Casa Civil coordenar e gerenciar os centros de serviços compartilhados da Administração Pública Estadual.

(E) da Infraestrutura e Mobilidade planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações referentes ao Sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroportuário e Ferroviário de Cargas e Passageiros.

52. Em razão de seu exercício regular pela Administração, o Código Tributário Nacional qualifica-o como fato gerador de taxa. Estamos nos referido ao poder

(A) de polícia.

(B) concedente.

(C) disciplinar.

(D) sancionatório.

(E) regulamentar.

53. No exercício do poder sancionatório da Administração, *"serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente",* conforme preceitua a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942, artigo 22, § 2º). A norma em questão é expressão do princípio da

(A) especialidade.

(B) impessoalidade.

(C) motivação.

(D) proporcionalidade.

(E) mínima intervenção.

54. Determinado agricultor, confiando em informações do Boletim Meteorológico da Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, realizou a preparação de sua safra, sendo surpreendido por tempestade de granizo que destruiu as mudas recém-plantadas. Em vista do ocorrido, ajuizou ação civil contra o Estado, pleiteando indenização pelo prejuízo sofrido. A indenização, nesse caso, é

(A) devida, pois o Estado atua como segurador universal da atividade agropecuária (Seguro-Safra).

(B) devida, em razão do princípio da confiança legítima, que norteia as relações entre o Estado e seus cidadãos.

(C) indevida, pois a ação deveria ter sido ajuizada diretamente em face da Secretaria e não em face do Estado.

(D) devida, pois, conforme a Constituição Federal, o Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

(E) indevida, pois o evento climático é circunstância de força maior, sendo que não há comportamento omissivo culposo imputável ao Estado.

55. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) recebeu denúncia acerca de irregularidade envolvendo execução de contrato da Secretaria de Estado da Saúde. Nesse caso, o TCE deve

(A) encaminhar ofício ao Governador do Estado comunicando a situação irregular, pois o Princípio da Separação de Poderes impede a adoção de medidas diretamente pelo TCE.

(B) decidir sobre a apuração da denúncia, sendo que, havendo situação de dano ao erário, será aberto processo de tomada de contas especial.

(C) determinar ao órgão de controle interno da Secretaria a realização de auditoria, previamente à atuação do TCE.

(D) decidir sobre a apuração da denúncia, sendo que, havendo situação de dano ao erário, será aberto processo de tomada de contas ordinária.

(E) determinar a imediata sustação do contrato, de forma cautelar, havendo indícios de irregularidade.

56. A propósito do registro de preços, previsto na Lei nº 14.133/2021, trata-se de

(A) sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação.

(B) conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

(C) modalidade licitatória destinada a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

(D) procedimento prévio à licitação, com a finalidade de coletar informações econômicas junto ao mercado, possibilitando a elaboração de estimativa orçamentária da futura contratação.

(E) etapa da fase de julgamento da licitação, quando o pregoeiro ou agente de contratação registra em ata as ofertas e lances considerados válidos, a partir dos quais será realizada a classificação final do certame.

57. De acordo com a Lei nº 6.745/1985, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, a movimentação funcional compreende a redistribuição, a readaptação, a recondução e a substituição. A respeito desses institutos, a lei estatui que a

(A) redistribuição *ex officio,* realizada para ajustamento de lotação e das forças de trabalho nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade, dispensa a observância dos requisitos de equivalência de vencimentos e de manutenção da essência das atribuições do cargo.

(B) redistribuição é o deslocamento motivado de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, para órgão ou entidade de qualquer dos Poderes do Estado, dispensada a apreciação prévia do órgão central de pessoal quando houver interesse da Administração.

(C) readaptação ocorre quando, não sendo possível a transferência, houver modificação do estado físico ou das condições de saúde do funcionário, implicando mudança de cargo e podendo acarretar decesso de remuneração, conforme as atribuições assumidas.

(D) recondução é a volta do funcionário ao cargo por ele anteriormente ocupado, em consequência de reintegração decretada em favor de outrem ou, sendo estável, quando inabilitado no estágio probatório em outro cargo efetivo para o qual tenha sido nomeado, ficando o reconduzido, na inexistência de vaga, na condição de excedente, sem perda de direitos.

(E) substituição, cabível nos casos de impedimento de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança, mantendo o substituto os vencimentos do seu próprio cargo, acrescido de gratificação correspondente a 60% da remuneração do cargo ou função de confiança.

58. De acordo com a Lei nº 6.745/1985, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, o progresso funcional abrange, entre outras formas, a promoção por antiguidade, que consiste no provimento de funcionário estável em cargo de vencimento superior na mesma função, e a progressão por merecimento, que consiste na atribuição de vencimento superior no mesmo cargo. A respeito desses institutos, a lei estabelece que

(A) a progressão por merecimento será realizada de dois em dois anos, sem mudança de cargo, atendidas as condições de assiduidade, pontualidade, fiel cumprimento de atribuições, eficiência e disciplina.

(B) só pode concorrer à promoção por antiguidade o funcionário com 730 dias de serviço no cargo, sendo a antiguidade determinada pelo tempo de serviço no cargo.

(C) as promoções às vagas oferecidas serão realizadas no mês de julho de cada ano.

(D) o funcionário transferido terá reiniciada a contagem de sua antiguidade, para efeito de promoção, a partir da data da transferência.

(E) o funcionário elevado indevidamente por promoção é obrigado a restituir integralmente o que a mais haja recebido, ainda que não tenha utilizado expedientes escusos para a sua obtenção.

59. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), quando o acesso a informações solicitadas a órgão ou entidade pública é negado,

(A) o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais pode ser negado quando a informação estiver classificada como sigilosa, em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado.

(B) não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade deve, em prazo não superior a 15 dias, improrrogável, comunicar a data, o local e o modo para a consulta, indicar as razões da recusa ou informar que não possui a informação.

(C) se a negativa é de órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer diretamente à Controladoria-Geral da União.

(D) a negativa de acesso poderá fundar-se na falta de indicação, pelo requerente, dos motivos determinantes da solicitação, ainda que se trate de informação de interesse público.

(E) o interessado poderá interpor recurso no prazo de 10 dias, a contar da ciência da decisão, dirigindo-o à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 dias.

60. Conforme preceitua a Lei nº 8.429/1992 (Lei de improbidade administrativa) em sua redação vigente, constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública

(A) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

(B) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.

(C) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

(D) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

(E) transferir recurso a entidade privada, em razão da prestação de serviços na área de saúde sem a prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.

Ciência e Análise de Dados

61. Auditores de finanças públicas pretendem utilizar técnicas de Ciência de Dados para aprimorar a fiscalização da execução orçamentária e financeira. Entre as atividades previstas estão a identificação de pagamentos com características incomuns, a previsão de despesas futuras, o agrupamento de unidades administrativas com perfis semelhantes e a apresentação de indicadores para subsidiar decisões. Considerando os conceitos de Ciência de Dados e suas aplicações na Administração Pública, a correlação tecnicamente adequada entre os métodos analíticos e suas respectivas finalidades consiste em associar a detecção de anomalias à

(A) identificação de pagamentos duplicados, a regressão à classificação de despesas irregulares, a clusterização à apresentação de indicadores financeiros e a visualização de dados à previsão de despesas futuras.

(B) previsão de despesas futuras, a regressão ao agrupamento de unidades administrativas, a clusterização à identificação de pagamentos duplicados e a visualização de dados à classificação de irregularidades.

(C) segmentação de unidades administrativas, a regressão à identificação de pagamentos atípicos, a clusterização à previsão de despesas futuras e a visualização de dados à apresentação de indicadores.

(D) identificação de pagamentos atípicos, a regressão à estimativa de despesas futuras, a clusterização ao agrupamento de unidades com perfis semelhantes e a visualização de dados à apresentação de indicadores.

(E) identificação de pagamentos atípicos, a regressão à apresentação de indicadores financeiros, a clusterização à estimativa de despesas futuras e a visualização de dados ao agrupamento de unidades administrativas.

---

62. Uma Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) contratou uma empresa privada para operar a central de atendimento ao contribuinte, serviço inserido nas atribuições legais da Secretaria e que passará a ser prestado pela contratada em seu lugar. Para prestar o serviço, a empresa precisará receber dados cadastrais de contribuintes pessoas naturais que constam das bases fazendárias. Nessa situação, conforme a LGPD, a transferência dos dados à empresa privada

(A) é admitida desde que os dados sejam previamente pseudonimizados pela SEFAZ, pois a pseudonimização faz com que as informações deixem de ser consideradas dados pessoais durante a execução do contrato.

(B) depende de consentimento específico e destacado de cada contribuinte, uma vez que a comunicação de dados de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado está condicionada a esse consentimento mesmo quando necessária à execução da atividade pública contratada.

(C) é admitida quando prevista no instrumento contratual, podendo a empresa utilizar os dados para as atividades compreendidas em seu objeto social, desde que respeitada a finalidade informada aos titulares.

(D) é admitida por se tratar de execução descentralizada de atividade pública que a exige, restrita a esse fim específico e determinado, devendo o contrato que a respalda ser comunicado à autoridade nacional.

(E) depende de prévia aprovação do contrato pela autoridade nacional, antes do início do compartilhamento, para que sejam avaliadas a necessidade e a proporcionalidade da transferência prevista no instrumento contratual.

---

63. Após processo administrativo que assegurou ampla defesa, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) constatou infração à LGPD praticada por uma Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) no tratamento de dados de contribuintes. A infração consistiu em tratamento de dados pessoais sem amparo em hipótese legal. Considerando as regras da LGPD sobre sanções administrativas, a ANPD poderá aplicar à SEFAZ:

(A) Proibição total das atividades de tratamento, desde que precedida, no mesmo caso, por ao menos uma das sanções de publicização da infração, bloqueio ou eliminação dos dados.

(B) Multa simples, observado o limite de R$ 50.000.000,00 por infração, calculada sobre as receitas correntes do último exercício, na falta de dados de faturamento.

(C) Suspensão do exercício da atividade de tratamento pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, como primeira sanção do caso concreto.

(D) Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados, pelo período máximo de 6 meses, condicionada à prévia imposição de multa simples ou diária no mesmo caso.

(E) Multa diária, observado o limite total legal, desde que a intimação descreva a obrigação imposta, o prazo razoável para seu cumprimento e o valor da multa diária.

---

64. Uma Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) implementou mecanismo de reconhecimento facial para autenticação de contribuintes em seu portal eletrônico. A avaliação realizada pelo órgão concluiu que o tratamento biométrico é indispensável para mitigar risco relevante de fraude de identidade nas operações disponibilizadas pelo sistema. Considerando a disciplina da LGPD sobre dados pessoais sensíveis, esse tratamento poderá apoiar-se

(A) na relação jurídica mantida com o contribuinte, desde que o acesso biométrico permaneça limitado aos serviços tributários disponibilizados pelo portal.

(B) no legítimo interesse do controlador, desde que sejam demonstradas a necessidade da medida e a adoção de procedimentos de segurança compatíveis com os riscos envolvidos.

(C) na prevenção de fraudes e na proteção do titular durante sua identificação eletrônica, respeitadas as limitações decorrentes de seus direitos e liberdades fundamentais.

(D) na proteção do crédito tributário, desde que a utilização da biometria permaneça vinculada às obrigações fiscais administradas pelo órgão fazendário.

(E) no consentimento tácito do contribuinte, manifestado pela utilização do portal após ciência da exigência de reconhecimento facial.

65. Uma equipe de ciência de dados está estruturando um painel de *Business Intelligence* para acompanhar o atendimento prestado por uma organização. No modelo analítico, foram definidos:

I. O número de atendimentos realizados.
II. O tempo total empregado no atendimento.
III. O percentual de solicitações concluídas dentro do prazo estabelecido.
IV. A meta de 90% para esse percentual.

Para que o painel represente adequadamente as medidas e o acompanhamento do desempenho, a configuração tecnicamente coerente é tratar

(A) o número de atendimentos e o tempo total empregado como medidas quantitativas e utilizar o percentual de solicitações concluídas dentro do prazo, comparado à meta de 90%, como medida de acompanhamento do desempenho.

(B) o número de atendimentos como indicador de desempenho e utilizar a meta de 90% como métrica operacional, considerando-a uma medida distinta do percentual de solicitações concluídas dentro do prazo.

(C) o tempo total empregado no atendimento como indicador de desempenho e considerar o percentual de solicitações concluídas dentro do prazo como dado de origem, atribuindo-lhe essa função no modelo analítico.

(D) a meta de 90% como métrica calculada e o número de atendimentos como indicador-chave de desempenho, tomando o número de atendimentos como referência do desempenho organizacional.

(E) o percentual de solicitações concluídas dentro do prazo como dado de origem e utilizar o tempo total empregado no atendimento como indicador-chave de desempenho, considerando o próprio tempo total como referência de desempenho.

---

66. Uma equipe de ciência e análise de dados precisa desenvolver um modelo de aprendizado de máquina para apoiar a seleção de declarações com maior probabilidade de apresentar inconsistências. Após uma discussão técnica, a equipe concluiu que:

(A) Em um problema supervisionado, o modelo aprende a relacionar entradas a uma variável-alvo a partir de dados rotulados, buscando produzir previsões adequadas para observações que não participaram do ajuste, pois sua capacidade de generalização depende da identificação de padrões que se mantenham em novos dados.

(B) O aprendizado supervisionado requer que todas as variáveis de entrada sejam previamente classificadas por especialistas, pois o algoritmo precisa conhecer a interpretação semântica de cada atributo antes de ajustar seus parâmetros.

(C) A ocorrência de *overfitting* indica que o modelo apresenta desempenho insatisfatório tanto nos dados utilizados no treinamento quanto em dados novos, geralmente em razão de uma representação insuficiente das relações existentes.

(D) A divisão tradicional entre os conjuntos de treinamento e teste permite estimar com precisão a capacidade de generalização do modelo para novos cenários, uma vez que o conjunto de teste seja consultado e utilizado repetidamente durante as iterações de ajuste dos hiperparâmetros.

(E) Em um problema de classificação, o aumento da complexidade do modelo tende a reduzir simultaneamente o erro de treinamento e o erro de generalização, pois modelos mais flexíveis conseguem representar maior quantidade de relações nos dados.

---

67. Uma Secretaria de Estado da Fazenda pretende aperfeiçoar o processo de seleção de contribuintes para fiscalização. Para isso, dispõe de uma grande base contendo informações cadastrais, declarações, operações econômicas, histórico de recolhimentos e resultados de fiscalizações anteriores. A equipe de análise de dados busca identificar padrões de comportamento que permitam segmentar os contribuintes segundo similaridades, sem partir de categorias previamente definidas, a fim de orientar análises posteriores de risco. Nesse cenário, devem ser aplicadas técnicas de

(A) análise de séries temporais, com o objetivo de estimar possíveis padrões de risco nos agrupamentos associados aos contribuintes analisados.

(B) detecção de anomalias, com o objetivo de identificar observações que apresentem comportamento significativamente discrepantes nos registros da base analisada, para formar o grupo a ser fiscalizado.

(C) regressão linear, com o objetivo de substituir as variáveis originais por um conjunto menor de componentes representativos, obtendo diretamente os agrupamentos de contribuintes a partir da nova representação dos dados.

(D) processamento de linguagem natural, com o objetivo de extrair relações semânticas entre os campos cadastrais e os registros econômicos utilizados na análise para formar os grupos de contribuintes.

(E) *clustering,* com o objetivo de explorar a estrutura interna da base e identificar relações de proximidade entre observações segundo as variáveis consideradas na análise.

---

68. Uma equipe de inteligência fiscal de uma Secretaria da Fazenda pretende acompanhar os preços de produtos anunciados em sites de comércio eletrônico, disponibilizá-los em painéis gerenciais e segmentar os contribuintes varejistas por meio de técnicas de *data mining*, segundo a semelhança do comportamento de seus preços ao longo do tempo, sem dispor de rótulos ou grupos previamente definidos. Uma abordagem tecnicamente adequada a esse objetivo consiste em

(A) extrair os preços por *web scraping*, armazená-los em um *data warehouse* e utilizar um classificador *k-NN* para atribuir cada contribuinte a uma classe definida a partir de exemplos previamente rotulados.

(B) percorrer os sites por *web crawling*, armazenar as páginas coletadas em um *data warehouse* e aplicar *k-means* diretamente ao conteúdo dessas páginas.

(C) extrair os preços por *web scraping*, consolidá-los em painéis de BI e aplicar regras de associação, como o algoritmo Apriori, para identificar relações de coocorrência entre padrões de preços dos contribuintes.

(D) extrair os preços por *web scraping*, integrá-los por ETL a um *data warehouse* que alimente os painéis e aplicar *k-means* sobre atributos que representem o comportamento dos preços ao longo do tempo.

(E) extrair os preços por *web scraping*, organizá-los em um cubo OLAP e empregar operações de *drill-down* e *slice and dice* para formar grupos de contribuintes com comportamentos de preços semelhantes.

69. Um analista de dados precisa apurar, por secretaria, o valor total contratado por um órgão público. Para isso, extrai duas tabelas de um sistema transacional. A primeira, `Contratos`, tem uma linha por contrato e as colunas `numero_contrato`, `secretaria` e `valor_contratado`. A segunda, `Pagamentos`, tem uma linha por pagamento efetuado e as colunas `numero_contrato`, `data_pagamento` e `valor_pago`. Em seguida, o analista combina as tabelas pela coluna `numero_contrato` e soma `valor_contratado`, agrupando por secretaria. Os totais obtidos variam entre as secretarias, mas cada um supera em várias vezes a soma registrada na tabela `Contratos` para a mesma secretaria. A causa dessa divergência é a

(A) avaliação da soma fora do contexto de agrupamento, que atribui a cada secretaria o total geral de `valor_contratado` da tabela resultante.

(B) junção interna entre as tabelas, que descarta os contratos sem pagamento registrado e altera a base de cálculo de cada secretaria.

(C) replicação de `valor_contratado` em cada linha gerada pela correspondência entre um contrato e seus diversos registros de pagamento.

(D) junção externa completa, que acrescenta ao resultado os pagamentos sem contrato correspondente e os incorpora à soma de cada secretaria.

(E) acumulação de erros de arredondamento em ponto flutuante na soma de `valor_contratado`, agravada pelo volume de registros processados.

70. Uma equipe de análise de dados desenvolve um painel gerencial para a alta administração de um órgão público. Um dos componentes deve apresentar o valor liquidado no exercício por 12 unidades orçamentárias, de modo que os gestores identifiquem a ordenação das unidades segundo o valor e percebam diferenças modestas entre aquelas com valores próximos.

Considerando princípios de percepção visual aplicáveis à visualização de dados, a representação mais adequada para esse componente é o

(A) mapa de calor com 12 células dispostas em ordem decrescente, cuja intensidade de cor, em escala sequencial, é proporcional ao valor de cada unidade.

(B) gráfico de rosca com 12 segmentos dispostos em ordem decrescente, cada um identificado por uma cor distinta e acompanhado de legenda lateral.

(C) mapa de árvore (*treemap*) com 12 retângulos dispostos em ordem decrescente, cuja área é proporcional ao valor liquidado de cada unidade.

(D) gráfico de barras horizontais dispostas em ordem decrescente, cujo comprimento é proporcional ao valor, sobre eixo quantitativo comum iniciado em zero.

(E) gráfico de barras verticais dispostas em ordem decrescente, com eixo quantitativo iniciado no menor valor observado para ampliar a resolução entre as unidades.

Ética, Integridade e Prevenção ao Assédio e Discriminação

71. Durante auditoria fiscal, um superior determina que o servidor deixe de registrar uma inconsistência relevante, alegando interpretação jurídica controvertida e interesse na continuidade do serviço. Não há benefício pessoal aparente, mas a ordem não foi formalizada. Considerando os deveres éticos na Administração Pública, o servidor deve

(A) cumprir a ordem e somente comunicar a irregularidade se houver dano efetivamente comprovado.

(B) divulgar o caso publicamente para preservar a transparência administrativa, em veículo interno acessível a todos.

(C) recusar a ordem sempre que houver dúvida sobre sua legalidade, informando sua atitude aos demais servidores do setor.

(D) cumprir a ordem, pois a ausência de benefício pessoal afasta a infração ética, sendo sua condicionante.

(E) buscar formalizar a ordem, avaliar sua legalidade e, sendo manifestamente ilícita, recusá-la e comunicar o fato à autoridade competente.

72. No âmbito do Poder Executivo federal, uma pessoa jurídica envolvida em ato lesivo pretende celebrar acordo de leniência. Considerando a Lei nº 12.846/2013,

(A) a pessoa jurídica pode celebrar o acordo mesmo sem cessar sua participação na infração.

(B) a celebração do acordo suspende o prazo prescricional da pretensão punitiva.

(C) o acordo de leniência afasta a obrigação de reparar integralmente o dano.

(D) a proposta de acordo rejeitada implica reconhecimento da prática do ato ilícito.

(E) a celebração do acordo não isenta a pessoa jurídica da reparação integral do dano.

73. Um município veicula campanha institucional sobre obras públicas com o nome, a fotografia e o slogan pessoal do prefeito, sob o argumento de informar a população sobre a gestão. À luz dos princípios éticos aplicáveis à Administração Pública, a

(A) publicidade institucional exige a identificação nominal da autoridade responsável.

(B) publicidade viola a impessoalidade ao promover pessoalmente o agente público.

(C) publicidade é legítima porque foi custeada com recursos públicos autorizados.

(D) conduta somente seria ilícita se praticada durante o período eleitoral.

(E) finalidade informativa da campanha afasta eventual violação ética.

74. Servidor responsável por acompanhar contrato da Secretaria recebe brinde de baixo valor de empresa contratada. O presente é entregue durante a execução contratual, embora não tenha havido pedido de favorecimento. O recebimento

(A) é permitido quando o servidor registra o presente internamente.

(B) é permitido porque o presente foi entregue a todos os servidores.

(C) é permitido porque o brinde possui reduzido valor econômico.

(D) deve ser recusado se puder comprometer a integridade ou a imparcialidade funcional.

(E) é vedado somente se houver pedido de favorecimento.

75. Um órgão público pretende implantar programa de *compliance* anticorrupção baseado em código de conduta e canal de denúncias. A unidade de controle propõe que os mecanismos sejam definidos a partir dos riscos específicos das atividades e avaliados periodicamente. Na gestão de riscos de corrupção,

(A) os controles devem considerar os riscos institucionais, ser proporcionais e permanecer sujeitos a monitoramento contínuo.

(B) a adoção de controles preventivos elimina a necessidade de apuração de desvios posteriores.

(C) o programa é suficiente quando possui código de conduta e canal de denúncias formalmente instituídos.

(D) a gestão de riscos deve começar somente depois da identificação de fraude ou corrupção.

(E) a unidade de controle deve concentrar exclusivamente em si a responsabilidade pelos riscos de corrupção.

Conhecimentos Regionais de Santa Catarina

76. *O poder fica claramente marcado pela divisão territorial e estabelecimento da Linha Wenceslau Braz, que impôs uma mudança na vida regional. Neste sentido, a mudança mais clara, quando se refere apenas à Guerra do Contestado, foi a permanência de toda a zona de guerra dentro dos limites atuais de Santa Catarina e uma pequena mancha territorial do lado paranaense, bem tênue, nos territórios municipais de General Carneiro, Rio Negro e União da Vitória. O tratado de limites de 1916 se constitui como um dos atos mais arbitrários da história republicana, obedecendo a critérios e interesses dos três chefes de Estado de então: Wenceslau Braz (Presidente da República), Affonso Camargo (Governador do Paraná) e Felipe Schmidt (Governador de Santa Catarina).*

(FRAGA, N. C.; LUDKA, V. M. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012). **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2012)

Um dos fatores que originou a Guerra do Contestado foi a

(A) libertação dos escravizados em 1888, que levou milhares de ex-cativos a ocupar terras de fazendeiros paranaenses e desencadeou a reação armada dos coronéis.

(B) rebeldia de colonos alemães e italianos, insatisfeitos com a falta de lotes e com a cobrança de impostos pelo governo imperial.

(C) disputa entre Paraná e Santa Catarina pelo controle de jazidas de ouro e carvão mineral no planalto, que atraiu empresas estrangeiras e gerou a revolta dos garimpeiros.

(D) expulsão de posseiros e pequenos lavradores das terras, em razão da concessão de terras à empresa responsável pela ferrovia São Paulo-Rio Grande.

(E) questão da fronteira com a Argentina na região de Palmas, que deslocou tropas para o planalto e provocou o confronto entre os estados.

77. *No planalto de Santa Catarina, o elemento morfologicamente mais importante é a enorme capa das rochas eruptivas básicas que, formando degraus, estende-se 315 km transversalmente sobre o planalto.* [...] *As rochas eruptivas básicas escuras romperam em fendas a seqüência total das camadas gonduânicas, cobrindo-as com lençóis* [...].

(MAACK, R. Breves notícias sobre a geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, 2001. Adaptado)

O texto trata da formação geológica denominada:

(A) Formação Serra do Mar.

(B) Formação Serra Geral.

(C) Formação Botucatu.

(D) Formação Rio do Rasto.

(E) Depósitos Sedimentares Cenozoicos.

78. *O estado de Santa Catarina, apesar de possuir pouco distanciamento latitudinal especialmente no Oeste, apresenta expressivas variações espaciais no seu clima. Essas variações são consequências dos diversos sistemas atmosféricos que atuam no estado, associados às diferenças de altitude existente entre o Planalto e regiões circunvizinhas.*

(Adaptado de: MONTEIRO, M. **A caracterização climática do estado de Santa Catarina: uma abordagem dos principais sistemas atmosféricos que atuam durante o ano**. Geosul, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 69-78, Jan/Jun 2001)

No estado de Santa Catarina, as maiores precipitações ocorrem

(A) em todo o estado de forma igualitária, pois a pequena variação de latitude uniformiza o clima.

(B) nas áreas próximas às encostas das serras, onde o ar úmido sobe, esfria e forma nuvens de chuva.

(C) no vale do Rio Uruguai, onde a baixa altitude concentra a umidade.

(D) no litoral, onde a proximidade do mar faz chover mais do que perto das serras.

(E) no interior do estado, pois a distância do mar e o baixo relevo produzem a formação de chuvas.

79. *Em relação ao modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental moderna dos séculos XIX e XX, a colonização de Santa Catarina é sem dúvida um 'sucesso'. Este suposto êxito tradicionalmente enaltecido pela historiografia positivista, no entanto, não teria sido um problema caso a realização do empreendimento colonial não fosse feita sobre os escombros das florestas e das culturas indígenas. Se o progresso da colonização foi construído com a devastação da Mata Atlântica e com a política de extermínio e 'pacificação' dos índios Xokleng e dos Kaingang, além da apropriação das terras dos Guaranis, qual o sentido de 'evolução histórica'?*

(CAROLA, C. R. Natureza admirada, natureza devastada: história e historiografia da colonização de Santa Catarina. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 547-572, 2010)

A devastação da Mata Atlântica no processo de colonização de Santa Catarina foi particularmente destrutiva para os Xokleng porque esse povo

(A) atuava como intermediário no comércio de madeira entre as colônias e os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, e perdeu essa função com o fim do ciclo extrativo.

(B) praticava agricultura intensiva nas planícies litorâneas catarinenses, ocupadas pelas colônias, e perdeu suas roças e seu excedente comercial.

(C) era caçador-coletor e seminômade, e dependia da floresta das encostas e do planalto catarinense, de modo que o desmatamento comprometeu seu modo de vida e agravou os conflitos com os colonos.

(D) vivia exclusivamente em ilhas e estuários do litoral catarinense, e perdeu o acesso à pesca com a expansão das serrarias.

(E) originário de tradição tupi-guarani foi deslocado pelas colônias do Vale do Itajaí para os aldeamentos jesuíticos, onde foi obrigado a abandonar a floresta.

80. *Em geral, pode-se classificar o imigrante que chegava ao estado em dois tipos: o urbano e o rural. O primeiro já vivia em meio urbano em seu país de origem e desempenhava profissões variadas. Eram carpinteiros, alfaiates, açougueiros, funileiros, marceneiros, confeiteiros, chapeiros, torneiros, fundidores, músicos e tantos outros* [...]*, que transplantaram para o Brasil o conhecimento que possuíam dos ofícios. Este conhecimento resultou, em muitos casos, no desenvolvimento de pequenas indústrias locais, dando origem a polos industriais regionais que logo se tornaram referência no sul do Brasil. O segundo tinha como principal ocupação, no seu país de origem, o cultivo da terra e a produção rural, passando a ser classificado na nova terra como lavrador. Chegado na colônia, estabeleceu-se nas áreas rurais, cultivando a terra e mantendo uma pequena criação de animais para produção das bases do sustento da família.*

(WEISSHEIMER, M. R. Paisagem cultural da imigração em Santa Catarina. Identidades: território, cultura, patrimônio, Barcelona, v. 6, p. 105-125, 2016. Disponível em: **DOI: https://doi.org**)

A relação entre os ofícios trazidos pelos imigrantes urbanos e os polos industriais catarinenses está exemplificada em:

(A) Alfaiates instalados em Blumenau e Brusque originaram o polo têxtil-vestuário, e funileiros e fundidores instalados em Joinville, o polo metalmecânico.

(B) Lavradores instalados no Vale do Itajaí originaram o polo têxtil-vestuário de Blumenau, e agricultores instalados em Joinville, o polo metalmecânico.

(C) Marceneiros instalados em Blumenau originaram o polo moveleiro, e alfaiates instalados em São Bento do Sul, o polo têxtil-vestuário.

(D) Funileiros e fundidores instalados em Brusque originaram o polo metalmecânico, e marceneiros instalados em Joinville, o polo moveleiro.

(E) Alfaiates instalados em São Bento do Sul originaram o polo têxtil-vestuário, e marceneiros instalados em Criciúma, o polo moveleiro.